

CRÍTICA BIBLIOGRÁFICA

A GUERRA SERTANEJA DO CONTESTADO: OBSERVAÇÕES CRÍTICAS EM TÔRNO DE DOIS TRABALHOS.

O episódio do movimento messiânico do Contestado, que se desenrolou sobretudo na região limítrofe do Paraná e Santa Catarina, entre 1912-1916, foi objeto de dois trabalhos que tem particular significação: **La Guerre Sainte au Brésil: Le Mouvement Messianique du "Contestado"**, de Maria Isaura Pereira de Queiroz e **Messianismo e Conflito Social**, de Maurício Vinhas de Queiroz (1).

Isto porque as duas obras, embora empregando praticamente as mesmas técnicas de observação e utilizando os mesmos materiais (2), chegam a conclusões diversas acêrca da caracterização e sentido da guerra sertaneja.

Nosso objetivo é examinar onde reside o cerne das diferenças. Sòmente porisso abandonaremos a análise do conteúdo religioso, uma vez que, nêste aspecto, há em geral uma interpretação adequãda e semelhante. O movimento tem caráter religioso e messiânico pela conjunção de dois elementos: a extrema dificuldade de rejeição de uma situação de constrangimento social pela via da revolta com objetivos claramente expressos, ligada à natureza da religião cabocla.

Os trabalhos apresentam uma deficiência comum: a ausência de uma nítida caracterização da estrutura social e econômica da região em que surge o movimento. Há uma digressão histórica acêrca do processo de povoamento, apropriação do solo, muitas vêzes bastante distanciada no tempo (sé-

(1). — QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de — *La "Guerre Sainte" au Brésil: Le Mouvement Messianique du "Contestado"*. (Mémoire présenté à l'Ecole Pratique des Hautes Etudes, 6e Section, Sciences Economiques et Sociales, Université de Paris, France, le 26 juin 1955). Publicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Boletim n.º 187, São Paulo, 1957. Citaremos trechos do trabalho, traduzidos para o português.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de — *Messianismo e Conflito Social (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916)*. Rio, Editora Civilização Brasileira, 1966.

(2). — Há, inclusive, utilização por um dos autores de informações já levantadas pelo outro.

culo XVIII), tendo em vista o objeto da investigação. Falta, entretanto, verificar o que permaneceu e o que mudou, da ocupação da área ao início do século XX e, sobretudo, definir com precisão o que é o Contestado, nas primeiras décadas do século.

Apesar desta lacuna, algumas indicações, especialmente no livro de Maria Isaura Pereira de Queiroz, nos permitem inferir de que modo cada um dos autores concebe globalmente a região. É possível dizer que para Maria Isaura Pereira de Queiroz a estrutura econômica se caracteriza pela economia de subsistência e a importância secundária da produção mercantil. Tanto quanto se possa concluir, em síntese, a economia de mercado não apresentaria maior significação. Corroborando a opinião de um autor contemporâneo dos fatos, a autora diz

“pôde-se dizer deles (isto é dos caboclos ricos ou pobres da região) que pela pobreza, o tipo de alimentação e a economia de subsistência, levam uma existência que se assemelha ainda à dos índios autóctones” (3).

A estrutura social, a que a autora faz referência de modo mais explícito, corresponderia, simplificadamente, a uma sociedade de tipo patrimonialista, com relações **assemelhadas** às feudais. Isto se revela, no que diz respeito às “relações feudais”, seja pela referência seguida aos homens de confiança dos “coronéis” como “homens lígios”, ao estabelecimento de “laços de vassalo a senhor” (4), como ainda por uma caracterização mais definida. Assim, afirma que

“no Contestado havia uma estrutura social formando várias pequenas pirâmides, cujos cumes seriam os diversos “coronéis”, ligados por laços religiosos, políticos ou econômicos aos seus inferiores e mais ou menos independentes (ou antagônicos) uns para com os outros. No interior da pirâmide, o indivíduo subia ou descia segundo suas relações com o chefe. A solidariedades que existia no interior de cada pirâmide era uma solidariedades de família patriarcal, uma espécie de solidariedade de clã, cuja base eram os laços de sangue e de compadrio” (5).

Ainda que não definida claramente, existe no trabalho de Maurício Vinhas de Queiroz uma pressuposição diversa, tendendo a dar ênfase à produção mercantil e à presença de grupos sociais diferenciados de acordo com a condição econômica.

(3). — Ob. cit., pág. 51.

(4). — Ob. cit., págs. 57, 82.

(5). — Ob. cit., pág. 229.

Sem têrmos conhecimento da área investigada, podemos, entretanto, aventar, como simples hipótese, uma caracterização do Contestado, válida para a época da deflagração da guerra sertaneja, tendo em vista estudos realizados em outras regiões do país e alguns dados contidos, especialmente, na obra de Maurício Vinhas de Queiroz.

Êstes elementos indicam que a sociedade da região encerrava uma ambiguidade peculiar, provavelmente, a muitas regiões do Brasil, antes da formação de classes sociais. Esta ambiguidade reside em uma estrutura sócio-econômica não assimilável aos modelos europeus, não contida nem na categoria de sociedade estamental, nem na de sociedade de classes.

Pelo contrário, ao mesmo tempo em que se organizou o sistema econômico, tendo em vista fundamentalmente a produção de mercadorias — e a agricultura de subsistência se inseriu neste contêxto maior — formaram-se relações sociais marcadas, concomitantemente, por critérios econômicos e por critérios de “tipo moral”. Ao lado de relações de dominação lembrando diferenças de classe, existem relações de dominação pessoal, como os laços de sangue e o compadrio (6).

Parece claro que sem se constituir no núcleo dominante da produção mercantil do país, a área do Contestado estava marcada pela produção para o mercado: a criação do gado e a produção da erva-mate se faziam tendo em vista o mercado interno e mesmo o externo (7). A atividade empresarial dos grandes proprietários rurais, o entrelaçamento da atividade agrícola com a comercial chama, aliás, a atenção de Vinhas de Queiroz, sendo expressivo notar que êste entrelaçamento já aparece explícito ao nível da consciência dos “coronéis” (8).

(6). — A hipótese que procuramos estender para a região do Contestado foi levantada e comprovada, com relação ao sistema gerado pela economia cafeeira, no trabalho de Maria Sylvia Franco Moreira. Os homens livres na velha civilização do café, tese de doutoramento apresentada à cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1964. Temos presente as diferenças entre uma e outra área, mas apesar disto, parece-nos possível aproximar os dois sistemas na sua caracterização essencial de sociedades voltadas para a produção de mercadorias, cujas relações sociais apresentam a ambiguidade apontada.

(7). — Ver o trabalho de Octavio Ianni, *As metamorfoses do escravo*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, s/d., onde se assinala que a economia do mate foi organizada para produzir tendo em vista o mercado externo, já no século XVIII (pág. 110).

(8). — “O “coronel” Manuel Thomaz Vieira, chefe político de Canoinhas, que especulava com erva-mate, dividiu em lotes e vendeu a colonos parte de suas terras. Ao prestar depoimento num processo, declarou como profissão “negociante”. Já vimos como o “coronel” Amazonas Marcondes, em União da Vitória, além de grande proprietário rural, era comerciante

Dentro de uma estruturação sem dúvida mais rígida do que a da sociedade de classes, há, entretanto, claros indícios de uma significativa mobilidade social:

“o “coronel” Francisco de Albuquerque, de Curitiba- nos, principiou relativamente pobre; seus inimigos políticos diziam que, na juventude, se dedicava a tocar trompa numa banda de música em Campos Novos. Abriu venda em Curitiba e, acumulando as funções de comerciante com as de agente da poderosa família Ramos, os maiores latifundiários pecuaristas de Lajes, é que venceu na política. Ao vencer, buscou, porém, desde logo, comprar ou apoderar-se de tôda terra que lhe caía às mãos: ao morrer, deixou 100.000.000 de metros quadrados” (9).

É certo que existiam setores voltados para a agricultura de subsistência, assim como dificuldades de comunicações, quase isolamento de certas áreas. Mas isto não altera a caracterização básica do sistema: agregados e posseiros, por exemplo, se inserem, a seu modo, no mundo dos “coronéis”, sustentado pela produção mercantil.

A insistência na definição do sistema social da área do Contestado é básica para se apanhar de onde partem as divergências de análise da “guerra santa”.

Sem pretender fazer uma contabilidade de falhas ou qualidades das duas obras postas em confrônto, é possível ainda, através desta caracterização, observar que o livro de Vinhas de Queiroz apreendeu com maior felicidade os mecanismos mais profundos que levam ao desencadeamento do movimento, assim como pôde compreender melhor a natureza de seus objetivos. A isto não é estranho o fato de que entre as duas obras decorreu um lapso de tempo de mais de dez anos, em que os cientistas sociais aprofundaram o estudo da estruturação da sociedade brasileira.

Em **La Guerre Sainte au Brésil**, há uma falha básica oriúnda do esforço de analisar o sentido da luta, tendo como quadro de referência uma inadequada caracterização da área. É válido afirmar que nem a agricultura de subsistência é o fundamento econômico da região, nem as relações sociais aí surgidas são de natureza **aproximativamente** feudais.

Mas, aceita a última das hipóteses, a autora é levada a estabelecer como base do movimento a ruptura de “lealdades

forte e explorava a navegação fluvial do Iguazu” (Ob. cit., pág. 38).
Veja-se ainda o “coronel de oposição”, Henrique Rupp, envolvido nos negócios da Brazil Railway (Ob. cit., pág. 38).

(9). — Vinhas de Queiroz, ob. cit., pág. 38.

feudais”, embora expressa através do processo de concentração de terras. Diz ela textualmente:

“as pessoas colocadas no alto dos estratos sociais tinham deveres de proteção com relação àquelas menos privilegiadas pelo nascimento, contanto que fizessem parte de seu grupo social. Se a gente se insurgia contra alguns “coronéis”, não era em decorrência de sua posição, mas porque não cumpriam seu dever: em vez de sustentar e defender sua gente, oprimiam-na e tomavam-lhe as terras”.

Daí, também, a negativa a ver no movimento

“uma revolta da classe média e baixa do Contestado contra os “fazendeiros” da classe elevada, os “coronéis” (10),

dada a inexistência de classes na região.

Embora não estejamos diante de um episódio típico de “luta de classes”, seja pela não configuração destas, pelo caráter do movimento, consciência de seus agentes, é correto dizer, como faz Vinhas de Queiroz, que o movimento compreendia, numa espécie de frente única espontaneamente articulada, desde peões de diversa categoria até criadores e pequenos e médios fazendeiros. Inclusive, alguns fazendeiros grandes, cujas terras estavam ameaçadas pela **Brazil Railway**, ou então empenhados em lutas oposicionistas, simpatizavam com os fanáticos, mas o grosso era constituído pelos agregados (11).

O problema básico do movimento não é a ruptura de lealdades, mas o sistema de exploração e dominação, em uma sociedade marcada, embora não plenamente caracterizada, por diferenciações sociais, com base econômica.

Os documentos e informações contidos nos dois trabalhos nos levam a afirmar que a adesão se dá por um entrelaçamento de motivações que refletem as características das relações sociais na região estudada. Não é a solidariedade de clã que leva ao ingresso no “quadro santo” — a nova sociedade organizada pelo fanáticos — nem apenas a imagem de José Maria, o messias do movimento, como santo padrinho do sertão. O posseiro esbulhado de suas terras, alguns fazendeiros médios prejudicados pela penetração da **Brazil Railway**, os trabalhadores, que se tornam desempregados, da Companhia, levantam-se contra o processo de concentração de terras, a explora-

(10). — Ob. cit., págs. 228, 229.

(11). — Ob. cit., pág. 203.

ção do capital — critérios nitidamente econômicos — adotando padrões das relações pessoais vigentes na área — o compadrio, os laços de sangue — com o objetivo de construir, por via utópica, uma “sociedade nova”.

A análise da vida nos “redutos” não pode ser vista apenas através da ênfase no “religioso”, nos aspectos lúdicos, e na constatação, até certo ponto legítima, de que a hierarquia social rústica, no interior do “quadro santo” se conserva. Não só as chefias preexistentes vão se confirmando ou desfazendo, através de novos critérios, (12), como há uma nova estruturação da produção e do consumo, em bases igualitárias.

Embora as fontes revelem isto claramente, no trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz não se apreende o **significado** da nova estruturação, ainda que haja dados a respeito citados pela própria autora, porque, talvez insensivelmente, ela tende a adaptar a vida no “quadro santo” a uma reconstituição da “sociedade de clãs”, com a restauração das lealdades rompidas no mundo profano, apesar de se referir à nova hierarquia social e, de passagem, ao igualitarismo dos redutos (13). E, a reorganização nos moldes apontados, é básica para definir o “quadro santo” como organização social construída em oposição ao modelo sócio-econômico da sociedade global.

No que diz respeito aos objetivos do movimento, em **La Guerre Sainte au Brésil** há uma rigidez de análise que deriva, no caso, não só da caracterização geral da região, como do abandono da dinâmica histórica da guerra e, por vêzes, de uma valoração menos feliz dos documentos.

É preciso, desde logo lembrar, que há um entrelaçamento de reivindicações concretas e utopia messiânica no movimento, tendo a última grande importância para se apreender o sentido e as limitações da luta, até mesmo no plano da eficácia mi-

(12). — Ver M. Vinhas de Queiroz, *ob. cit.*, pág. 157, transcrevendo o depoimento de uma antiga fanática: “nos jagunços não havia pai por filho, nem mulher pelo marido”.

(13). — Indicações do igualitarismo, através dos informantes: “Do que um comia, tudo tinha que comer; do que um bebia, tudo tinha que beber; todos eram irmãos”. “No reduto, os que tinham, tinham de auxiliar os que não tinham; os que não queriam eram presos, e o que eles tinham era partido. Tudo era irmão” (Vinhas de Queiroz, *ob. cit.*, pág. 156-157). Ainda, em M. Isaura P. de Queiroz: “A norma ideal essencial do “quadro santo” era a igualdade. Segundo um ditado dos acampamentos, “quem tinha alguma coisa, devia moer; quem não tinha nada devia moer também, porque no fim todos seriam iguais” (*ob. cit.*, pág. 187). A autora se refere à igualdade como “norma ideal essencial”, mas não apreende, apesar da afirmação, o sentido da “norma” para o conjunto do movimento.

litar (14). Não é, pois, secundário, nem um simples mascaramento de uma realidade mais profunda, o fato de que os fanáticos visassem à instalação do “paraíso terrestre”, à “instalação do reino de José Maria na terra”.

Mas, dentro do foco de interesse que propusemos nestas considerações, cabe principalmente discutir: se o movimento religioso não é mera fuga do real, como bem assinalou Maria Isaura Pereira de Queiroz, que forças deverá êle enfrentar para se alcançar o “reino”? Que elementos do sistema — simples aspectos secundários, sua totalidade — são objetivamente enfrentados? Como êste choque aparece na consciência dos sujeitos?

No trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz, a discussão se faz, praticamente, ao nível da consciência dos fanáticos, acentuando-se as suas limitações:

“se os jagunços eram contrários a alguns “coronéis”, seu objetivo não era o aniquilamento dos coronéis em geral: mantinham-se fiéis a alguns — a Henriquinho de Almeida, por exemplo. Não eram então contrários à instituição dos “coronéis” como tal, mas contra os “coronéis” que se tinham revelado traidores com relação a seus homens lígios” (15).

Para além destes limites estreitos, há o objetivo de restauração da monarquia e não é claro se a monarquia corresponderia à visão utópica do paraíso terrestre, ou a uma expressão de reforma social por uma tentativa de volta a condições sócio-políticas anteriores (16).

Se dissemos não nos parecer possível discutir o problema sem a reconstituição dos fatos, é porque os objetivos de um movimento, com as características da guerra do Contestado, definem-se e se redefinem no curso da luta, o mesmo acontecendo com a tomada de consciência dos sujeitos envolvidos.

Pela reconstituição histórica, parece claro que os móveis mais profundos da constituição dos “redutos” são os ressentimentos sociais, mas que o movimento se afirma, inicialmente, por uma negação a enfrentar a realidade circundante (17). É o conteúdo objetivo do movimento, tal como é apreendido pelo

(14). — Veja-se a descrição do massacre de Taquaruçú. Os fanáticos empunhavam bandeiras brancas que segundo êles, possuíam o mágico poder de destruir 50 soldados, cada vez que descrevessem três cruzes no ar. (Vinhas de Queiroz, *ob. cit.*, pág. 142).

(15). — *Ob. cit.*, pág. 229.

(16). — Confrontem-se, na obra de Maria Isaura P. de Queiroz as observações das págs. 205 e 258.

(17). — Veja-se, nas duas obras, a descrição dos “redutos” iniciais.

sistema dominante, que produz as tentativas de seu aniquilamento. Ficam então os fanáticos diante da impossibilidade de realizar a utopia sem combater o sistema e o caráter injusto dêste aflora à consciência, ainda que entremeado com o fabulário religioso, a mediação das “virgens”, as aparições etc.

Realmente, a substituição de alguns “coronéis” deve ter aparecido como objetivo inicial, pois pensar outra coisa seria superestimar a natureza do movimento, sem maiores indicações neste sentido. Mas é possível perceber que os eventuais objetivos de substituição de alguns “coronéis” mesclam-se, cada vez mais, no curso da luta, com formulações incompatíveis com êste simples arranjo no interior do sistema (18).

A par das formulações religiosas, como via possível de expressão, há um “crescendo” na natureza das reivindicações sociais que chega, pelo menos em um episódio, a um máximo limite de consciência. Trata-se da explicação dada por dois antigos jagunços, embora após os acontecimentos, sobre as razões pelas quais fôra recusado um oferecimento de distribuição de terras, apresentado pela missão Correia de Freitas. Dizem êles:

“de uma altura em diante, não queriam terra; queriam ir ao Rio de Janeiro, derrubar o govêrno” (19).

Desencôntro que se repete em tantos movimentos reivindicatórios, de natureza diversa! Em um dado momento, a reivindicação inicial, às vêzes muito limitada, a que foram opostos os maiores obstáculos, é aceita pela ordem existente; mas o

(18). — Assim, a inscrição a lapis, na porta de uma venda, na estação de São João deixada por um jagunço: “Nós estava em Taquaruçú tratando da nossa devoção e não matava nem roubava, o Hermes mandou suas forças covardemente nos bombardear onde mataram mulheres e crianças portanto o causante de tudo isto é o bandido do Hermes e portanto nós queremos a lei de Deus que é a monarquia. O govêrno da República toca os Filhos Brasileiros dos terrenos que pertence à nação e vende para o estrangeiro nós agora estemo disposto a fazer prevalescer os nossos direitos”. Ainda, a carta encontrada no bolso de um combatente morto: “Nois não tem direito de terras tudo é para as gentes da Oropa”. (Vinhas de Queiroz, *op. cit.*, pág. 202). Neste passo, é curioso verificar como, utilizando-se de um mesmo têxto que Vinhas de Queiroz, Maria Isaura P. de Queiroz lhe diminui, injustificadamente, a significação. Após transcreever a inscrição encontrada na estação de São João, diz que “isto não era o pior. A República era bem mais perigosa, ela trouxera aos homens o descrédito, a ruína e a corrupção”, segundo o Manifesto Monarquista. (“*op. cit.*”, pág. 205). Ora, a própria autora demonstrou que o “Manifesto” era visivelmente falso (pág. 134). Além disto, é preciso lembrar que os “coronéis” tinham interesse em transmitir aos centros urbanos uma imagem do movimento como tentativa de restauração monárquica, pondo em perigo a estabilidade da República.

(19). — Vinhas de Queiroz, *op. cit.*, pág. 163.

movimento, em sua dinâmica, foi mais longe, pretendendo a alteração de todo o sistema.

No caso da guerra do Contestado, parece haver um circuito que se completa: ênfase dos elementos puramente religiosos; afloramento de uma consciência mais adequada da situação; “retorno” a uma espécie de autismo, na fase final.

A análise dos objetivos da guerra sertaneja não pode se limitar, assim, a uma constatação, válida, possivelmente, para alguns momentos do movimento. É impossível, aqui, abandonar o “histórico”. Sem êste elemento, arrisca-se a ter uma visão distante e limitada do problema.

BORIS FAUSTO

Instrutor de Metodologia da História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.